



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 08/07/19

Conceição de Maria Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Lima

para relatar.

Em 05/08/2019

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO LIMMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 133 DE 05 DE JULHO DE 2019.

"Altera dispositivos das leis nº 5.120 de 19 de janeiro de 2000, lei nº 6.666, de 16 de junho de 2015, e dá outras providências."

AUTOR: DEP. FRANZÉ SILVA

RELATOR: DEP. FRANCISCO LIMMA

**I - Relatório e Voto**

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 20697/19 que **"Altera dispositivos das leis nº 5.120 de 19 de janeiro de 2000, lei nº 6.666, de 16 de junho de 2015, e dá outras providências"**, projeto de autoria do Deputado FRANZÉ, havendo o Presidente desta Comissão me designado para efetivar a Relatoria.

O referido Projeto de Lei satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucional e infraconstitucional, especialmente no que tange a competência de iniciar o processo legislativo uma vez que trata-se de atualização e ajustes na lei da CETE, que é uma comissão especial deste Poder Legislativo que atua na reorganização dos territórios dos municipais piauienses entre outros temas.

Observa-se que a presente proposição objetiva atualizar as leis que regem o funcionamento da Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí - CETE, uma vez que além de sua atribuição principal que é solucionar os litígios limítrofes entre os municípios piauienses, passou também a atuar no encaminhamento de soluções de litígios entre particulares e o Estado do Piauí, assim como nos litígios das divisas do Estado do Piauí com outros estados circunvizinhos buscando sempre a melhor forma de dirimir amigavelmente estes conflitos evitando a judicialização.

Após análise circunstanciada do Projeto de Lei submetido à apreciação desta Comissão Permanente, **o meu parecer é favorável, uma vez que o projeto de lei preenche todos os requisitos legais, somado a uma boa técnica legislativa.**

3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL FRANCISCO LIMMA

**II - Parecer da Comissão**

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

( x ) pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

( ) pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina-PI, 06 de agosto de 2019.**

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM 13/08/19  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Justiça